COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO V | N.º 44 SETEMBRO 1989

Derrota indonésia na ONU

Na Subcomissão de Direitos Humanos da ONU a organização e o trabalho empenhado de membros de organizações de solidariedade de refugiados timorenses e de diplomatas portugueses, provou que Timor-Leste é uma causa ganhadora. A moção aprovada (12 votos a favor, 9 contra e 3 abstenções) derrotou as manobras do lobby **indonésio presente em Genebra e cria condições bastante favoráveis ao desenvolvimento da actividade futura.**

DEPOIMENTOS DE GRANDE QUALIDADE

De acordo com calendários já habituais, realizou-se em Genebra durante o mês de Agosto a 14.ª Sessão da Subcomissão das N.U. para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias, vulgarmente designada por Subcomissão de Direitos Humanos.

A Subcomissão é um órgão especializado do Conselho Económico e Social das Nações Unidas formado por 26 peritos, eleitos por períodos de 3 anos. Supostamente especialistas em questões de direitos humanos e sendo teoricamente independentes dos governos dos respectivos países (que os indicam), os peritos acabam em bastantes casos, nomeadamente países do Terceiro Mundo, por ser extremamente vulneráveis a pressões e a pautar as suas posições pela subserviência aos interesses dos mais poderosos. Portugal tem já suficiente experiência quanto ao que referimos, pois ainda no ano passado foi bloqueada, com base em motivos regimentais meramente formais, a discussão e votação de uma proposta de resolução sobre Timor-Leste, após reviravoltas espectaculares na posição de alguns peritos (caso do togolês, que de co-patrocinador passou a voto contra, após convenientemente instruído pelo seu Governo, por sua vez pressionado por Jacarta).

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, um grupo vasto de participantes na sessão pronunciou-se sobre a situação vivida no território: representantes diplomáticos de Estados (os embaixadores português, A. Costa Lobo, angolano, Pedro Konga, e indonésio Wisber Loeis), peritos (francês, britânico, norueguês, grego e holandês) e representantes de ONG.

O maior ou menor impacto das intervenções acaba por ter importância fundamental, nomeadamente junto dos peritos mais hesitantes. Este ano todos os observadores foram unânimes em reconhecer a excelente qualidade e actualidade dos depoimentos prestados. Houve 4 intervenções que merecem destaque: a do refugiado timorense **António Maria**

NESTE NÚMERO:

- **Derrota indonésia na ONU**
- **Testemunhos**
- **Colonialismo indonésio denunciado**
- **AR aprova voto**

Resolução

Texto da resolução aprovada pela Subcomissão e apresentada pelos peritos da Grécia, Noruega, Japão, Reino Unido, México e França:

"Guiados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e pelas regras do direito humanitário universalmente aceites,

"Relembrando as suas resoluções de 1982/20 de 8 de Setembro de 1982, 1983/26 de 6 de Setembro de 1983, 1984/24 de 29 de Agosto de 1984 e 1987/13 de 2 de Setembro de 1987, relativas à situação em Timor-Leste,

"Considerando as repetidas alegações de que o povo de Timor-Leste continua a ser sujeito a graves violações dos direitos humanos,

"A Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias

"1. Saúda a acção desenvolvida pelo Secretário-Geral no que respeita a Timor-Leste;

"2. Solicita ao Secretário-Geral que continue os seus esforços no sentido de encorajar as partes envolvidas, isto é, a potência administrante, o governo indonésio e os representantes do povo de Timor-Leste, a cooperarem plenamente na procura de uma solução duradoura, tendo em consideração os direitos e os anseios do povo de Timor-Leste;

"3. Toma nota da carta do Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, datada de 6 de Fevereiro de 1989 (A/AC.109/991), endereçada ao Secretário-Geral, apelando à realização de um refedendum em Timor-Leste;

"4. Congratula-se com a nova política do governo indonésio, iniciada em Janeiro de 1989, de abertura de Timor-Leste;

"5. Lamenta, contudo, que mais prisões, torturas e execuções sumárias tenham alegadamente acontecido desde os finais de 1988;

"6. Espera, por conseguinte, que o governo indonésio vá mais longe e permita aos representantes das organizações de direitos humanos visitar o território;

"7. Recomenda à Comissão dos Direitos Humanos que considere, na sua 46.ª sessão, a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em Timor-Leste." □

Araújo, antigo enfermeiro chegado de Timor-Leste já no decurso deste ano, ao abrigo do programa de repatriamento de ex-funcionários públicos, o qual narrou a sua experiência pessoal ao longo da ocupação indonésia; a do académico sueco **Jan-Erik Forsberg**, que visitou Timor-Leste durante 10 dias em Maio passado e relatou à Subcomissão os sinais evidentes de uma presença militar agressiva mas também da resistência, passiva e armada, dos timorenses (acompanhado de fotografias inéditas sobre essa mesma realidade); a de **Luísa Teotónio Pereira,** da CDPM, que interveio em nome da **Pax Romana** e, por último, o testemunho do exilado político indonésio **Hadjar Jusfiq**, intervindo em substituição de **Haji J.C. Princen**, advogado e director do **Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos**, a quem o Departamento de Emigração em Jacarta recusara o visto de saída. Esta recusa, aliás, transformou numa arma contra o regime indonésio, pois ao ser conhecida levou a que 20 ONG, representadas nas Nações Unidas, subscrevessem uma declaração dirigida ao governo indonésio, protestando contra a sua atitude.

NOS BASTIDORES DAS SESSÕES

Atendendo às características dos peritos (em que os pertencentes ao grupo ocidental se encontravam na generalidade bastante despertos para a questão e dispostos a apoiá-la) o grosso dos esforços centrou-se na sensibilização dos representantes do grupo latino-americano, tentando obter a transferência da abstenção para o voto favorável e dos afro-asiáticos, visando neutralizar ao máximo os votos contra. No decurso destes contactos ressaltaram algumas posições curiosas: os peritos do bloco socialista (Cuba, Etiópia, Roménia, URSS, Jugoslávia) mostraram-se dispostos a votar contra ou, na melhor das hipóteses, a absterem-se, por compromissos de natureza geoestratégica; o perito japonês passou de uma atitude expectante a uma posição de grande simpatia vindo mesmo a ser um dos co-patrocinadores da proposta de resolução; o perito americano acabou por ser o único dos ocidentais a manifestar reservas à proposta; os africanos e asiáticos confirmaram a sua permeabilidade a pressões dos governos e da administração indonésia, em particular.

O resultado final foi, sem dúvida, muito influenciado por uma alteração processual introduzida no decurso dos trabalhos, sob proposta do perito francês. Face às inusitadas pressões que se estavam a verificar sobre os peritos (fundamentalmente da parte da R.P. da China, Irão, Iraque, mas também da Indonésia), foi proposto e aprovado que as votações seguintes se fariam não de braço no ar, como é hábito, mas por voto secreto; desta forma tentava-se subtrair os peritos a outros factores de decisão que não os da sua própria consciência.

Assim, co-patrocinada por 6 peritos a proposta de resolução foi votada em 31 de Agosto, tendo sido aprovada por 12 votos a favor, 9 contra e 3 abstenções.

DE NOVO NA AGENDA DA COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O texto da resolução, que condena claramente a política indonésia em Timor-Leste, sendo relativamente moderado, consagra, todavia, algumas inovações significativas:

a) faz menção explícita aos **"representantes do povo timor"** como parte interessada na questão (fórmula que aparece pela 1.ª vez, a nível da Subcomissão, na resolução aprovada em 1987);
b) **"toma nota"** da carta de 6 de Fevereiro de Mons. Belo ao S.G. da ONU, pedindo a realização dum referendo no território;
c) **"aprecia"** a nova política de abertura, mas reconhece que os representantes de organizações de direitos humanos continuam impedidos de aí se deslocarem.

A importância política da aprovação desta resolução é grande: conseguiu-se reintroduzir a questão (sempre bastante difícil) o que irá possibilitar que ela seja apreciada nos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos no próximo mês de Fevereiro. Por outro lado, o momento foi extremamente oportuno, antecedendo de alguns dias a Cimeira dos Chefes de Estado dos Não-Alinhados, e de algumas semanas a abertura da Assembleia Geral da ONU e a visita do Papa à Indonésia e a Timor-Leste.

A compreensão do comportamento dos peritos e dos fenómenos da transferência de votos provou de novo que é a massa flutuante dos indecisos que acaba por fazer pender a balança para um ou para outro lado.

A informação objectiva e actualizada e a capacidade de análise da evolução do que vai acontecendo em Timor-Leste, aliadas a uma segurança quanto aos princípios da justiça e do direito internacional, são os principais trunfos junto dos peritos. Se este diálogo for mantido com uma certa regularidade ao longo do ano e não apenas durante as sessões da Subcomissão, os resultados podem ser encorajadores. Foi o que aconteceu este ano com a mudança do perito japonês, sem dúvida devida, em primeiro lugar, à notável actuação dos grupos de solidariedade nipónicos desde há cerca de 3 anos.

Também a articulação de iniciativas diversificadas na sua forma e no tempo contribui poderosamente para os pequenos (e grandes) êxitos diplomáticos. O que teria acontecido, por exemplo, se Mons. Belo não tivesse escrito a carta de Fevereiro ao Secretário-Geral da ONU ou se esta carta não tivesse merecido a atenção da imprensa internacional e não constituísse hoje um documento oficial das Nações Unidas? O que teria acontecido se a deputada britânica Ann Clwyd, depois de ter ido a Timor-Leste integrada numa delegação do Parlamento do seu país, não tivesse decidido testemunhar perante a Comissão de Descolonização sobre a forma como se desenrolou esta visita? E se a declaração apresentado pelo representante da Amnistia Internacional na mesma ocasião não estivesse pronta a ser distribuída em Genebra, 24 horas depois de lida em Nova Iorque? Torna-se, pois, necessário estar a par das diferentes acções, coordenar a recolha dos documentos e da informação em tempo útil de modo a poder garantir uma qualidade de intervenção que convença os peritos e que desmascare a propaganda indonésia. □

Testemunhos

De grande impacto foi a intervenção de **Jan-Erik Forsberg**, que descreveu o que ele e Eva Vanglund viram durante os dez dias da sua permanência naquele território.

"Começo por salientar que o que vimos foi um país em guerra e uma nação a viver ainda sob ocupação estrangeira. (...)

"As nossas primeiras impressões parecem confirmar o quadro pintado pelas autoridades. Haviam-nos dito que Timor-Leste estava agora calmo, era um sítio seguro e em desenvolvimento. Em Dili, vimos novos edifícios, um moderno estádio desportivo e ruas bem cuidadas. Vimos também uma Dili diferente, onde as pessoas vivem na miséria, em cabanas e choças do outro lado de um rio já seco. Falámos com pessoas que ali vivem e com estudantes do Externato São José. Fizemos perguntas acerca da situação do país: se a guerra continuava, se havia alguma resistência e o que pensavam àcerca da integração. As nossas perguntas defrontaram-se com um misto de simpatia e medo. A resposta mais habitual era: **"Eu compreendo por que me estão a fazer essa pergunta mas não posso dizer nada".** *O mesmo aconteceu no autocarro para Baucau. Os passageiros não se atreveram a falar connosco até estarem certos de*

que não eram polícias que estavam sentados a seu lado.

"À medida que nos aproximamos de Baucau, a presença militar é cada vez mais visível, em contraste com Dili, onde quase não se vêem soldados. Em Laleia, vimos soldados fortemente armados a reparar uma ponte; dois trabalhavam enquanto quatro estavam de guarda. Entre Vemasse e Baucau, uma enorme ponte foi demolida. Segundo nos informaram os outros passageiros, tinha sido destruida somente há três anos.

"No aeroporto de Baucau vimos carros blindados, helicópteros e grupos de soldados fortemente armados em uniforme de combate. Baucau parecia uma cidade em guerra. Grupos de soldados timorenses (hansips) esperavam junto do mercado português. Camiões cheios de soldados subiam e desciam as ruas.

"Ficámos uma noite no Hotel Flamboyant, perto do qual havia um hospital militar. Fomos informados, pelos nossos contactos em Baucau de que estava cheio e de que continuamente chegavam soldados feridos. À noite, observámos um movimento contínuo de tropas e por duas vezes a cidade ficou às escuras devido a falhas de corrente.

(...)

"Durante os três dias que passámos em Viqueque estivemos com muitos timorenses e indonésios, civis e militares. O chefe da polícia local disse-nos que já não havia luta. Quando fizemos perguntas sobre a enorme presença militar, disse-nos que as tropas eram necessárias para o desenvolvimento da província.

"De noite, contudo, ouvíamos o rebentar de granadas nos montes próximos e de manhã víamos os camiões regressar com soldados cobertos de lama. (...)"

"De noite ouvíamos o rebentar de granadas nos montes próximos..."

Quanto a **Hadjar Jusfiq,** depois de abordar a situação de muitos dos seus compatriotas, impedidos pelas autoridades de sair do país por motivos políticos, disse:

"Impossibilitado de estar presente, Princen pediu-me para vir aqui em seu lugar falar sobre os recentes acontecimentos em Lampung, Sumatra do Sul, e em Timor-Leste, os quais são exemplos típicos do exercício. pelas Forças Armadas, dos seus poderes especiais.(...)

"Em 15 de Junho deste ano, Princen escreveu ao Comandante-em-Chefe das FFAA questionando-o sobre a vaga de prisões em Timor-Leste (...).

"Desde Abril passado que muitas pessoas têm sido presas em Dili, Baucau e noutros locais. Em Baucau, num mês foram presas mais de 40 pessoas e encarceradas, num novo centro de detenção no aeroporto militar de Baucau, pois o antigo centro de interrogatórios e tortura, o Hotel Flamboyant, foi restaurado para ser utilizado como hotel (os turistas que por lá passam ignoram por completo a sua anterior função!). Desde Maio que tem havido muitas prisões em Dili. Em 13 e 14 de Maio foram presos cerca de 100 estudantes. Em 29 de Maio, estudantes da Universidade de Timor-Leste escreveram uma carta protestando contra as detenções e em consequência mais estudantes foram presos.

"Junto à minha declaração uma lista de pessoas detidas e que, em alguns casos, se receia que tenham sido executadas nos últimos meses. O Conselho Regional espera sinceramente que a Subcomissão, nesta sua sessão, tome conhecimento destas graves violações e adopte uma resolução condenando a Indonésia (...). □

Colonialismo indonésio denunciado

A sessão da Comissão de Descolonização da ONU reunida em Nova Iorque, como anualmente acontece, desta vez no dia 14 de Agosto último debateu a questão de Timor-Leste, voltando a denunciar com a maior veemência a dureza da opressão colonial a que o povo daquele território se encontra submetido.

A qualidade e número de intervenções, bem como o estatuto dos peticionários do ponto de vista da sua influênca nas sociedades a que pertencem, voltou a pontuar fortemente em favor da causa da autodeterminação do povo maubere. Para além das participações que já anunciávamos no número anterior desta publicação, assinale-se a da deputada trabalhista britânica **Ann Clwyd**, membro da organização **Parlamentarians for East Timor**, a da vice-presidente da secção portuguesa da **Pax Christi, Maria Luísa de França** e ainda do prof. **Michel Robert** da Universidade da Sorbonne. É este aspecto qualitativo que aliado ao número de peticionários intervenientes, determina a repercusão do debate de cada questão na Comissão de Descolonização, dado que a inexistência de votações retira a possibilidade de qualquer quantificação.

As notas dominantes foram por um lado, acusações de bárbaras violações dos direitos humanos feitas com base em dados concretos de casos recentes, frisando-se o carácter massivo da actual onda de repressão. Por outro lado foi feito um apelo à ONU no sentido de esta organização assumir de forma mais concreta e positiva o compromisso de levar a cabo o processo de autodeterminação deste povo sendo a propósito repetidamente evocada a missiva de Monsenhor Ximenes Belo ao Secretário Geral da ONU, propondo como única saída para o conflito, a realização dum referendum por voto secreto, universal e livre de quaisquer pressões.

Significativo eco teve na comunicação social, a intervenção da dra. **Manuela Aguiar**, vice-presidente da AR e deputada do PSD, convidada pela CDPM, a depôr perante a Comissão de Descolonização. A sua intervenção começava por relembrar como o curso da descolonização do território tinha sido brutalmente interrompido em 1975 pela invasão da Indonésia, e o direito inalienável dos povos à autodeterminação como consagrado na Carta da ONU e em outras resoluções suas, bem como na Constituição da República Portuguesa, recentemente revista, que especifica como responsabilidadee sua assegurar e promover o direito de Timor-Leste à autodeterminação e independência,. em conformidade com o direito internacional. Denunciou algumas das formas **"que assume o colonialismo"** indonésio, possíveis de avaliar **"apesar do muro de silêncio e terror"** com que se procura vedar Timor-Leste ao mundo exterior, entre as quais citou: ocupação ilegal e mantida pela força das armas, genocídio físico e cultural (**"as estimativas apontam para, no mínimo, 200 mil mortos desde a invasão, cerca de um terço da população"**), apropriação de todos os bens e circuitos económicos, aplicação da política de transmigração e incentivo à emigração, legal e clandestina, de indonésios para o

território, pressões e limitações impostas à actividade da Igreja Católica, e supressão de todas as liberdades e direitos dos cidadãos. **"A verdade dos factos e a extensão da tragédia"** contudo, **"tem vencido gradualmente a ofensiva de propaganda do ocupante, uma potência em território, em riquezas, em poderio militar e em influência".**

"Este povo", adiantou, **"convivente no espaço que uma anterior administração colonial demarcou por tão largo tempo, sedimentou e ergueu uma nação, na expectativa (até 1975 serena e esperançosa) de poder organizar-se politicamente, em fórmulas que autodeterminasse". "As autoridade portuguesas, recomhecem ao povo de Timor-Leste e só a ele o direito de fazer sem coacções a sua opcção, aceitando qualquer resultado de uma consulta livre"**, disse a deputada. Não esquecendo o actual "recrudescer da violência e dos meios de intimidação (indonésios), na véspera de visitas importantes que se anunciam", mais adiante diria: "REconhecendo embora os esforços desenvolvidos até hoje pela ONU", afirmou Manuela Aguiar, "ansiamos por uma inadiável descolonização de Timor, pois os anos passaram e cada dia que passa é tarde de mais para o timorenses..."

• A intervenção da **Amnistia Internacional** (AI) versou essencialmente a denúncia das violações de direitos humanos, procurando fazer um ponto da situação actual. Em princípio, valorizava positivamente a abertura parcial do território mas logo prevenia de que isso não significava o cessar das violações dos direitos humanos. Por um lado continua a haver limitações significativas a deslocações dentro do território, as comunicações postais e telefónicas estão sob vigilância e a comunicação social sob controlo rigoroso. **"As visitas de delegações estrangeiras são cuidadosamente controladas e as organizações internacionais de direitos humanos, incluindo a AI, ainda não puderam visitar o território".**

"Por outro lado, apesar destas limitações, a AI recebeu recentemente relatos de sérias violações de direitos humanos, incluindo prisões em massa por o que parecem ser razões políticas, tortura e maus tratos na polícia e sob custódia militar, execuções extra-judiciais e "desaparecimentos".

"Há também indícios de que pessoas envolvidas em reunir e disseminar informação sobre abusos de direitos humanos em Timor-Leste têm sido presas, e em alguns casos, torturadas".

A representante do **PET (Parlamentarians for East Timor), Ann Clwyd**, denunciando as trapaças de que foi objecto a visita que efectuou ao território com outros parlamentares britânicos, contou como acabou visitando a prisão de Becora, quando solicitara a da Comarca de Dili, sem qualquer explicação oficial para a troca, e como só mais tarde dera por isso, vindo a saber que, aparentemente, em Becora se encontram os já condenados em julgamento, e que já não são submetidos a mais violências. Além disso houve os obstáculos, que já relatávamos no número anterior, à visita ao leste do território e ao encontro com Monsenhor Belo. Finalmente, descreve o quadro de isolamento a que se encontra submetido D. Ximenes Belo, os impedimentos à divulgação das suas posições, ou da expressão de apoios às mesmas, e ainda o desconhecimento que o próprio bispo tem das reacções, no exterior, às suas missivas, e apresenta as cinco condições que o PET acha essenciais à realização do requerido referendum de autodeterminação:

a) A cessação das hostilidades entre a Indonésia e as forças da resistência, três meses antes do plebiscito.
b) Rigorosa fiscalização internacional por uma equipa nomeada pela ONU, que inclua representantes do governo português.
c) Retirada de todas as tropas indonésias.
d) Que não seja permitido aos civis indonésios habitando no território, tomar parte no plebiscito.
e) Sufrágio universal (isto é absolutamente essencial, especialmente tendo em consideração o que aconteceu na Papua Ocidental, em 1969). □

AR aprova vota sobre Timor-Leste

A Comissão Permanente da Assembleia da República — órgão que a substitui durante o seu período de férias — mostrou uma particular atenção ao problema de Timor-Leste ao aprovar, por unanimidade, um voto **"Sobre as Recentes Posições Internacionais em Favor dos Direitos do Povo de Timor-Leste"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Transcrevemos.

"A luta do povo de Timor-Leste beneficiou, nos últimos dias, de significativas tomadas de posição em duas instâncias internacionais da maior expressão.

"Na ONU, a Subcomissão dos Direitos Humanos aprovou uma Moção de condenação da repressão pela qual a Indonésia é responsável em Timor-Leste. Importa assinalar que a moção inclui os representantes de Timor-Leste nas partes interessadas no futuro daquele território, facto com valiosa relevância diplomática.

"Também são altamente significativas posições assumidas na Conferência do Movimento dos Não-Alinhados, agora realizada em Belgrado. Muito em particular, destacam-se as posições de apoio ao povo maubere tomadas de forma inequívoca pelas figuras relevantes e influentes que são o presidente Joaquim Chissano, da República Popular de Moçambique, e o presidente José Eduardo dos Santos, da República Popular de Angola.

"Assim, e tendo presente as responsabilidades de Portugal no processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste,

"A Assembleia da República, em nome do povo português, exprime a sua congratulação pelas posições assumidas, apela à comunidade internacional para que contribua em quaisquer instâncias para a defesa dos direitos do povo maubere e reitera o empenhamento de Portugal e das autoridades portuguesas no processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste." □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77 - 2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 25$00 Assinatura anual: 400$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112094 Depósito Legal n.º 25.317